



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém o tema da prova discursiva-redação e o espaço para rascunho.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a prova discursiva na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Transcrição da Prova Discursiva.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Novembro/2007

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto abaixo.

O futuro da humanidade

Tudo indica que há um aquecimento progressivo do planeta e que esse fenômeno é causado pelo homem. Nossos filhos e netos já conhecerão seus efeitos devastadores: a subida do nível do mar ameaçará nossas costas, e o desequilíbrio climático comprometerá os recursos básicos – em muitos lugares, faltará água e faltará comida.

Os humanos (sobretudo na modernidade) prosperaram num projeto de exploração e domínio da natureza cujo custo é hoje cobrado. Para corrigir esse projeto, atenuar suas consequências e sobreviver, deveríamos agir coletivamente. Ora, acontece que nossa espécie parece incapaz de ações coletivas. À primeira vista, isso é paradoxal.

Progressivamente, ao longo dos séculos, chegamos a perceber qualquer homem como semelhante, por diferente de nós que ele seja. Infelizmente, reconhecer a espécie como grupo ao qual pertencemos (sentir solidariedade com todos os humanos) não implica que sejamos capazes de uma ação coletiva. Na base de nossa cultura está a idéia de que nosso destino individual é mais importante do que o destino dos grupos dos quais fazemos parte. Nosso individualismo, aliás, é a condição de nossa solidariedade: os outros são nossos semelhantes porque conseguimos enxergá-los como indivíduos, deixando de lado as diferenças entre os grupos aos quais cada um pertence. Provavelmente, trata-se de uma consequência do fundo cristão da cultura ocidental moderna: somos todos irmãos, mas a salvação (que é o que importa) decide-se um por um. Em suma: agir contra o interesse do indivíduo, mesmo que para o interesse do grupo, não é do nosso feitio.

Resumo: hoje, nossa espécie precisa agir coletivamente, mas a própria cultura que, até agora, sustentou seu caminho torna esse tipo de ação difícil ou impossível.

Mas não sou totalmente pessimista. Talvez nosso impasse atual seja a ocasião de uma renovação. Talvez saibamos inventar uma cultura que permita a ação coletiva da comunidade dos humanos que habitam o planeta Terra.

(Contardo Calligaris, **Folha de S. Paulo**, 8/02/07)

1. O autor identifica o seguinte **paradoxo** que, a seu ver, é central na história da espécie humana:
 - (A) os homens exploraram abusivamente a natureza e sofrem hoje os efeitos dessa exploração.
 - (B) apesar dos desastres ecológicos provocados pela ação humana, pode haver uma ação coletiva regeneradora.
 - (C) as razões pelas quais prosperamos em nosso planeta são as mesmas que tornam difícil enfrentar a situação presente.
 - (D) nós somente nos identificamos como semelhantes quando somos capazes de nos reconhecer como coletividade.
 - (E) o impasse atual deve ser resolvido quando formos capazes de enfrentar coletivamente os problemas de cada indivíduo.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. O autor identifica no cristianismo uma provável razão para a força do individualismo que está na base da nossa *salvação*.
 - II. O pessimismo do autor somente não é total porque ele acredita ser possível que a situação de impasse enseje uma reação coletiva.
 - III. Para o autor, reconhecerno-nos como membros de uma mesma espécie não significa uma superação do nosso feitio individualista.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Na frase *Os humanos (sobretudo na modernidade) prosperaram num projeto de exploração e domínio da natureza cujo custo é hoje cobrado*, a expressão sublinhada refere-se ao termo

- (A) *humanos*.
- (B) *domínio*.
- (C) *exploração*.
- (D) *projeto*.
- (E) *natureza*.

4. É coerente com o sentido da frase *Nosso individualismo, aliás, é a condição de nossa solidariedade* a seguinte afirmação:

- (A) Fôssemos menos individualistas, poderíamos ser mais solidários.
- (B) Não obstante sejamos individualistas, sabemos ser também solidários.
- (C) É da nossa solidariedade que decorre todo o nosso individualismo.
- (D) Não fosse nossa solidariedade, não seríamos tão individualistas.
- (E) Nossa solidariedade depende substancialmente do nosso individualismo.

5. Pode-se substituir, sem prejuízo para a correção e para o sentido, o segmento sublinhado na frase:

- (A) *Para corrigir esse projeto (...), deveríamos agir coletivamente por **Haja vista a correção desse***.
- (B) *Talvez nosso impasse atual seja a ocasião de uma renovação por **propício para***.
- (C) *(...) agir contra o interesse do indivíduo (...) não é do nosso feitio por **ir ao encontro do***.
- (D) *À primeira vista, isso é paradoxal por **Ao cabo***.
- (E) *(...) a própria cultura que, até agora, sustentou seu caminho torna esse tipo de ação difícil ou impossível por **susteve em sua trajetória***.

<p>6. Quanto à concordância verbal, está inteiramente correta a frase:</p> <p>(A) Caso venha a se manter os atuais índices de aquecimento global, a humanidade não terá como garantir seu futuro neste planeta.</p> <p>(B) Nunca fizeram parte das conquistas da nossa cultura e da nossa tecnologia a contabilidade dos riscos ecológicos.</p> <p>(C) As idéias em cuja base se assenta todo o nosso ideário de civilização tem um feito fortemente individualista.</p> <p>(D) Acabam por constituir um formidável dilema a nossa tendência ao individualismo e a nossa necessidade de uma ação coletiva.</p> <p>(E) Não se devem imputar a todos os homens a responsabilidade pelas ações desastrosas contra o meio ambiente.</p>	<p>10. Está clara, coerente e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Há indicativos de estar ocorrendo um fenômeno originado pelo próprio homem, qual seja, estar havendo um aquecimento do planeta que é crescente.</p> <p>(B) Quando o mar subir até o nível de nossas costas, eis aí um dos efeitos devastadores que nossos descendentes mais remotos podem chegar a atingir.</p> <p>(C) Ainda que seja muito diferente de nós, temos a capacidade de aquilatar de que os outros homens são, igualmente, nossos próximos e semelhantes.</p> <p>(D) Se nossa salvação espiritual ocorre no plano do indivíduo, nossa salvação como espécie condiciona-se à nossa capacidade de promover uma ação coletiva.</p> <p>(E) É nosso mister que criemos um tipo de cultura à qual se faculte uma tal ação coletiva que possibilite a permitir nossa sobrevivência enquanto habitantes deste planeta.</p>
<p>7. NÃO admite transposição para a voz passiva a seguinte construção:</p> <p>(A) O atual desequilíbrio climático certamente comprometerá nossos recursos.</p> <p>(B) Nossos descendentes haverão de reconhecer esses efeitos devastadores.</p> <p>(C) Trata-se de uma conseqüência direta dos fundamentos do cristianismo.</p> <p>(D) Nossa própria cultura engendrou esse dilema de difícil solução.</p> <p>(E) Muitos sustentam a possibilidade de superação desse nosso dilema.</p>	<p>11. <i>Mas não sou totalmente pessimista. Talvez nosso impasse atual seja a ocasião de uma renovação.</i></p> <p>Está formalmente correta e coerente a reconstrução do trecho acima em:</p> <p>(A) O fato de não ser totalmente pessimista me leva a acreditar de que possivelmente esse impasse constitui nossa chance de se renovar.</p> <p>(B) Não me tomo de um pessimismo absoluto, dado que desse impasse talvez advenha uma renovação.</p> <p>(C) Como não é improvável que uma renovação deixe de vir por conta desse impasse, eis por que não me mostro plenamente pessimista.</p> <p>(D) Desta ocasião de impasse talvez surja uma renovação, visto que sequer estou inteiramente pessimista.</p> <p>(E) Conquanto não seja de todo pessimista, devo crer que uma renovação possa nascer com esse impasse.</p>
<p>8. <i>Mas não <u>sou</u> totalmente pessimista. Talvez nosso impasse atual <u>seja</u> a ocasião de uma renovação. Talvez <u>saibamos inventar uma cultura que permita</u> a ação coletiva da comunidade dos humanos que habitam o planeta Terra.</i></p> <p>Permanecerá adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais caso as formas verbais sublinhadas na frase acima sejam substituídas, respectivamente, por:</p> <p>(A) era – fosse – soubéssemos – permitisse</p> <p>(B) era – seria – saberemos – permitisse</p> <p>(C) serei – viesse a ser – saberíamos – permitirá</p> <p>(D) serei – venha a ser – soubéramos – permitia</p> <p>(E) era – fora – soubermos – permitiu</p>	<p>12. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) O aquecimento progressivo do planeta, <u>do qual</u> tantos encontram razões de pânico, talvez ainda seja reversível.</p> <p>(B) O fundamento cristão, <u>de cujo</u> trata o autor, implica tanto o plano do individualismo humano como o da fraternidade universal.</p> <p>(C) O projeto de exploração e domínio da natureza, <u>a que</u> vimos nos dedicando há séculos, gerou danosas conseqüências para o planeta.</p> <p>(D) <u>Junto com</u> o fenômeno do desequilíbrio climático associa-se o comprometimento dos nossos recursos básicos.</p> <p>(E) Ao longo dos séculos, <u>onde</u> ocorreram tantos abusos contra o equilíbrio natural, o homem mostrou-se insensível aos fundamentos da ecologia.</p>
<p>9. Nossos recursos básicos já estão ameaçados, o desequilíbrio climático <u>comprometerá os recursos básicos, tornará escassos os recursos básicos</u>, entre eles a água e a comida – e quem pode prescindir <u>de água e de comida</u>?</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) comprometer-lhes-á - os tornará escassos - isso</p> <p>(B) os comprometerá - lhes tornará escassos - daquelas</p> <p>(C) lhes comprometerá - tornará eles escassos - destas</p> <p>(D) comprometerá a eles - tornar-lhes-á escassos - delas</p> <p>(E) comprometê-los-á - torná-los-á escassos - destas</p>	

<p>13. A pontuação está inteiramente correta em:</p> <p>(A) Caso não ajamos coletivamente, estará em risco o futuro da humanidade, uma vez que se encontram seriamente ameaçadas as fontes dos nossos recursos básicos.</p> <p>(B) Caso não ajamos, coletivamente estará em risco o futuro da humanidade: uma vez que se encontram seriamente ameaçadas, as fontes dos nossos recursos básicos.</p> <p>(C) Caso não ajamos coletivamente, estará, em risco, o futuro da humanidade, uma vez que se encontram seriamente ameaçadas as fontes dos nossos recursos básicos.</p> <p>(D) Caso não ajamos coletivamente, estará em risco, o futuro da humanidade; uma vez que se encontram, seriamente, ameaçadas as fontes dos nossos recursos básicos.</p> <p>(E) Caso não ajamos, coletivamente, estará em risco o futuro da humanidade, uma vez que se encontram, seriamente ameaçadas, as fontes dos nossos recursos básicos.</p>	<p>16. Um programa ou software aplicativo no momento de sua execução em um microcomputador normalmente tem que estar carregado</p> <p>(A) na memória RAM.</p> <p>(B) na memória <i>Flash</i>.</p> <p>(C) na memória ROM.</p> <p>(D) no processador.</p> <p>(E) no disco rígido.</p>
<p>14. Considerando-se o contexto, há equivalência de sentido apenas entre os seguintes elementos:</p> <p>(A) <i>À primeira vista e Em suma.</i></p> <p>(B) <i>Em suma e Resumo.</i></p> <p>(C) <i>ação coletiva e um por um.</i></p> <p>(D) <i>À primeira vista e Resumo.</i></p> <p>(E) <i>contra o interesse e mesmo que para o interesse.</i></p>	<p>17. NÃO é um componente exibido na barra de tarefas do Windows XP</p> <p>(A) o menu Iniciar.</p> <p>(B) a área de notificação.</p> <p>(C) a área de transferência.</p> <p>(D) a barra de ferramentas.</p> <p>(E) a barra de Inicialização rápida.</p>
<p>15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Talvez não se (transmitir) aos nossos filhos e netos o legado das nossas melhores conquistas.</p> <p>(B) Como grupos humanos,-nos (caber) expandir as ações coletivas em nome do bem comum.</p>	<p>18. Para continuar a digitação de um documento Word no início da página seguinte, pode-se inserir uma quebra de página manual por meio das teclas de atalho</p> <p>(A) Shift + Home</p> <p>(B) Shift + Enter</p> <p>(C) Ctrl + Home</p> <p>(D) Ctrl + Enter</p> <p>(E) Ctrl + Page Down</p>
<p>(C) Não se (dever) apenas aos fatores climáticos, em si mesmos, o provável comprometimento dos nossos recursos básicos.</p> <p>(D) Ao destino dos grupos de que timidamente participamos não (apresentar) quaisquer alternativas o atual modelo de desenvolvimento.</p> <p>(E) Caso não (ser) da competência de cada um as tarefas coletivas, não teríamos razões para esperança.</p>	<p>19. Os softwares de correio eletrônico normalmente utilizam para entrada de emails e saída de emails, respectivamente, os servidores</p> <p>(A) POP3 + HTTP</p> <p>(B) POP3 + SMTP</p> <p>(C) SMTP + POP3</p> <p>(D) SMTP + HTTP</p> <p>(E) HTTP + POP3</p> <p>20. A unidade de medida 1 megabyte representa uma capacidade nominal de armazenar</p> <p>(A) 2^{1000} caracteres.</p> <p>(B) 2^{100} caracteres.</p> <p>(C) 2^{10} caracteres.</p> <p>(D) 2^{200} caracteres.</p> <p>(E) 2^{20} caracteres.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Pietro nasceu em território alemão, filho de pai italiano e de mãe brasileira. Mesmo não tendo sido registrado em repartição brasileira competente no continente europeu Pietro deseja se candidatar ao cargo de Presidente da República Federativa do Brasil. A pretensão de Pietro

- (A) não tem amparo constitucional, porque ele não nasceu em território brasileiro e é filho de pai italiano.
- (B) tem amparo constitucional, pois é filho de mãe brasileira e, portanto, brasileiro, independentemente do local onde nascer, sem qualquer restrição legal.
- (C) tem amparo constitucional, desde que ele venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- (D) tem amparo constitucional, desde que passe a residir no Brasil antes de completar a maioria de idade, alcançada esta, opte em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- (E) não tem amparo constitucional, pois ele não foi registrado pelos pais em repartição brasileira competente.

22. É uma das condições de elegibilidade, de acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, para concorrer aos cargos de Senador, Deputado Federal, Governador e Prefeito possuir, respectivamente, a idade mínima de:

- (A) 35, 21, 30 e 21 anos.
- (B) 35, 35, 21 e 21 anos.
- (C) 30, 30, 21 e 18 anos.
- (D) 35, 30, 30 e 18 anos.
- (E) 30, 21, 30 e 18 anos.

23. Compete privativamente à Câmara dos Deputados

- (A) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (B) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (C) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- (D) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- (E) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

24. Lei que disponha sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal é de competência:

- (A) dos Estados e Distrito Federal, com iniciativa privativa do Governador.
- (B) da União, com iniciativa privativa do Presidente da República.
- (C) da União, com iniciativa privativa do Senado Federal.
- (D) dos Estados e Distrito Federal, com iniciativa exclusiva dos respectivos Procuradores-Gerais de Justiça.
- (E) da União, com iniciativa privativa do Congresso Nacional.

25. A respeito do alistamento eleitoral, é correto afirmar que

- (A) o local de votação é escolhido pelo juiz, não podendo o requerente manifestar sua preferência entre os estabelecidos para a zona eleitoral.
- (B) o menor que completar 16 anos até a data do pleito não poderá alistar-se no ano em que se realizarem eleições.
- (C) o brasileiro naturalizado pode alistar-se até dois anos depois de adquirida a nacionalidade brasileira.
- (D) a prova da nacionalidade brasileira só pode ser feita por certidão de nascimento ou casamento, extraída do Registro Civil.
- (E) a apresentação de certificado de quitação do serviço militar é obrigatória para maiores de 18 anos, do sexo masculino.

26. Os Tribunais Regionais Eleitorais dentre outras situações,

- (A) são compostos por juízes escolhidos pelo Presidente da República dentre Desembargadores do Tribunal de Justiça do respectivo Estado e advogados.
- (B) não têm caráter permanente e só são compostos por ocasião de cada eleição.
- (C) têm a atribuição de diplomar os Prefeitos Municipais e Vereadores eleitos dentro dos respectivos Estados.
- (D) elegerão seu Presidente e Vice-Presidente dentre os Desembargadores que o compõem.
- (E) têm sede na capital de cada Região da Federação, podendo existir mais de um para cada Estado e para o Distrito Federal.

27. É certo que no sistema eleitoral brasileiro,

- (A) o sufrágio não é universal, é indireto e o voto só é obrigatório para Presidente da República.
- (B) adotar-se-á o princípio da representação proporcional para o Senado Federal.
- (C) a eleição para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas obedecerá o princípio majoritário.
- (D) o eleitor, no caso de comprovado e justificado impedimento, poderá votar por procuração.
- (E) nas eleições presidenciais, a circunscrição será o País; nas eleições federais e estaduais, o Estado; e nas municipais, o respectivo Município.

28. O órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requereu o arquivamento da comunicação. O Juiz, considerando improcedentes as razões invocadas, fez a remessa da comunicação ao Procurador Regional que insistiu no pedido de arquivamento. Nesse caso, o Juiz

- (A) encaminhará os autos à Corregedoria Regional.
- (B) poderá instaurar a ação penal através de Portaria.
- (C) estará obrigado a atender.
- (D) remeterá os autos ao Tribunal Regional Eleitoral.
- (E) notificará a vítima para oferecer ação penal privada subsidiária.

<p>29. João é professor efetivo do Estado e Paulo é servidor de fundação mantida pelo Poder Público. Ambos desejam candidatar-se a Deputado Estadual. Para tanto, deverão afastar-se de seus cargos até</p> <p>(A) 3 meses anteriores ao pleito. (B) 4 meses anteriores ao pleito. (C) 6 meses anteriores ao pleito. (D) 3 meses e 4 meses anteriores ao pleito, respectivamente. (E) 6 meses e 3 meses anteriores ao pleito, respectivamente.</p>	<p>33. Quanto aos recursos oriundos do Fundo Partidário, os partidos políticos poderão aplicar, no pagamento de pessoal a qualquer título e na manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política,</p> <p>(A) no mínimo 20% do total recebido e até o limite de 20% do total recebido, respectivamente. (B) até o limite de 20% do total recebido e no mínimo 20% do total recebido, respectivamente. (C) até o limite de 20% do total recebido. (D) no mínimo 20% do total recebido. (E) no mínimo 25% do total recebido e até o limite 25% do total recebido, respectivamente.</p>
<p>30. O mandato eletivo pode ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de</p> <p>(A) quinze dias contados da diplomação, sendo desnecessário que a ação seja ajuizada com prova pré-constituída. (B) quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas do abuso do poder econômico, corrupção ou fraude. (C) três dias contados da diplomação, instruída a ação com provas do abuso do poder econômico, corrupção ou fraude. (D) três dias contados da diplomação, sendo desnecessário que a ação seja proposta com prova pré-constituída. (E) trinta dias, contados da proclamação do resultado final da eleição, sendo desnecessário que a ação seja iniciada com prova pré-constituída.</p>	<p>34. A respeito dos recursos em matéria eleitoral, considere as afirmativas abaixo.</p> <p>I. Sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em 3 (três) dias da publicação do ato, resolução ou despacho. II. Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais que denegarem <i>habeas corpus</i> ou mandado de segurança cabe recurso ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral. III. Denegado o Recurso Especial pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, o recorrente poderá interpor, dentro de 10 (dez) dias, agravo de instrumento. IV. O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral não poderá negar seguimento ao agravo de instrumento contra a decisão denegatória de Recurso Especial, ainda que interposto fora de prazo</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV. (B) I, II e III. (C) I, III e IV. (D) II e III. (E) III e IV.</p>
<p>31. A respeito da filiação partidária, é correto afirmar:</p> <p>(A) Quem já é filiado a partido político e se filia a outro partido pode concorrer às eleições com duas legendas. (B) O pleno gozo dos direitos políticos é necessário para o registro de candidatura e não para a filiação partidária. (C) Para concorrer ao cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos seis meses antes da data fixada para as eleições. (D) O Estatuto do partido não pode prever outras formas de cancelamento da filiação partidária além daquelas previstas em lei. (E) Considera-se deferida, para todos os efeitos, a filiação partidária, com o atendimento das regras estatutárias do partido.</p>	<p>35. O recurso contra a apuração</p> <p>(A) independe da indicação expressa de qual a eleição a que se refere, inclusive quando ocorrerem eleições simultâneas. (B) será admitido independentemente de ter ocorrido prévia impugnação, perante a Junta no ato da apuração, contra as nulidades argüidas. (C) interposto verbalmente ou por escrito, deverá ser fundamentado no prazo de 48 horas para que tenha seguimento. (D) deverá ser instruído com peças fornecidas pelo próprio recorrente, sendo vedado a instrução de ofício através da certidão da decisão recorrida. (E) não poderá ser interposto por fiscais e candidatos, uma vez que a legitimidade para a sua proposição é exclusiva dos partidos e das coligações.</p>
<p>32. Inclui-se dentre as condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitorais eleitorais:</p> <p>(A) nomear os aprovados em concursos públicos homologados até o início do prazo de três meses que antecedem o pleito. (B) exonerar servidores públicos de cargos em comissão, bem como designar ou dispensar de funções de confiança. (C) nomear servidores públicos para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselheiros de Contas e dos órgãos da Presidência da República. (D) fazer pronunciamento em cadeia de rádio ou televisão, fora do horário eleitoral gratuito, quando não se tratar de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo. (E) transferir ou remover <i>ex officio</i> militares, policiais civis ou agentes penitenciários.</p>	

<p>36. Considere as afirmativas abaixo a respeito da impugnação de registro de candidatura.</p> <p>I. Caberá a qualquer candidato e a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 10 dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada.</p> <p>II. A partir da data em que terminar o prazo para impugnação, passará a correr, após devida notificação, o prazo de 7 dias para que o candidato, partido político ou coligação possa contestá-la.</p> <p>III. A impugnação, por parte do candidato, partido político ou coligação, não impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido.</p> <p>IV. O impugnante poderá arrolar, até no máximo de 5 testemunhas, especificando os meios de prova com que pretende demonstrar a veracidade do alegado.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) I, II e III. (C) II e III. (D) II, III e IV. (E) III e IV.</p>	<p>39. A respeito da Administração Pública é INCORRETA a afirmação:</p> <p>(A) Pode-se conceituar Administração Pública como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas que, por lei, desempenham a função administrativa.</p> <p>(B) A distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica, é característica própria da descentralização.</p> <p>(C) As entidades da Administração Pública Indireta podem ter personalidade jurídica de direito público ou privado, mas sempre devem ser criadas por lei.</p> <p>(D) Quando a distribuição de competências ocorre dentro da mesma pessoa jurídica, pautada pela hierarquia, denomina-se desconcentração administrativa.</p> <p>(E) Descentralização e desconcentração são formas semelhantes de distribuição de competências da Administração Pública Indireta.</p> <hr/> <p>40. O administrador público que determina a interdição de um estabelecimento comercial, por desrespeito à licença concedida, o faz exercendo o poder</p> <p>(A) regulamentar. (B) de polícia. (C) disciplinar. (D) hierárquico. (E) de governo.</p>
<p>37. Nas eleições para Governador de Estado, as transgressões pertinentes ao abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto serão apuradas mediante</p> <p>(A) procedimento ordinário de investigação judicial, realizado pelos Ministérios Públicos Estaduais.</p> <p>(B) procedimento ordinário de investigação judicial, realizado pelos Corregedores Regionais Eleitorais.</p> <p>(C) procedimento sumaríssimo de investigação judicial, realizado pelos Ministérios Públicos Estaduais.</p> <p>(D) procedimento sumaríssimo de investigação judicial, realizado pelos Corregedores Regionais Eleitorais.</p> <p>(E) inquérito civil instaurado pelo Ministério Público Estadual em razão da representação de partido político ou candidato.</p>	<p>41. O leilão é uma modalidade de licitação</p> <p>(A) adequada para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, a quem oferecer o maior lance, independentemente do valor da avaliação.</p> <p>(B) adequada somente para a alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.</p> <p>(C) que a Administração Pública pode utilizar para a alienação de qualquer bem imóvel, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.</p> <p>(D) que a Administração Pública pode utilizar para a alienação de bem imóvel, a quem oferecer o maior lance, independentemente do valor da avaliação.</p> <p>(E) adequada para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.</p>
<p>38. Em regra, as reclamações ou representações relativas ao descumprimento das normas estabelecidas na Lei nº 9.504/97 em eleições municipais podem ser feitas</p> <p>(A) por qualquer partido político, coligação ou candidato, e devem dirigir-se aos Juízes Eleitorais.</p> <p>(B) por qualquer partido político, coligação ou candidato, e devem dirigir-se aos Tribunais Regionais Eleitorais.</p> <p>(C) apenas por partido político ou coligação e devem dirigir-se aos Juízes Eleitorais.</p> <p>(D) apenas por partido político ou coligação e devem dirigir-se aos Tribunais Regionais Eleitorais.</p> <p>(E) apenas por candidato devidamente registrado e devem dirigir-se aos Tribunais Regionais Eleitorais.</p>	<p>42. A respeito da responsabilidade civil do Estado é correto afirmar:</p> <p>(A) em razão da adoção da responsabilidade objetiva do Estado, a culpa exclusiva da vítima não afasta a responsabilidade civil do Estado.</p> <p>(B) a responsabilidade civil do Estado decorre dos danos causados a terceiros por seus agentes, ainda que não estejam atuando no exercício de suas funções.</p> <p>(C) o Estado não será responsável pela reparação do dano decorrente exclusivamente de força maior.</p> <p>(D) em razão da adoção da responsabilidade objetiva do Estado, a Administração Pública não tem direito de regresso em relação ao agente público que agiu com culpa.</p> <p>(E) a entidade de Administração Pública Indireta, que desempenha qualquer atividade, nunca responderá pelos danos causados a terceiros por seus agentes.</p>

<p>43. De acordo com o Código Civil brasileiro, têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso. O domicílio do militar da marinha do Brasil será</p> <p>(A) o lugar em que fixou a sua última residência em definitivo.</p> <p>(B) o lugar em que exercer permanentemente suas funções.</p> <p>(C) o local em que os navios estiverem matriculados.</p> <p>(D) a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.</p> <p>(E) o domicílio civil de seus genitores, cônjuge ou descendentes.</p>	<p>46. Mário, com 15 anos de idade, estudante, mora com seus pais João e Maria. Ontem, enquanto João dormia, Mário pegou a moto de seu pai e, dirigindo em alta velocidade, atropelou e matou Thiago. Neste caso, com relação ao ato praticado por Mário, João</p> <p>(A) será responsável, desde que haja culpa de sua parte, devendo ressarcir o dano causado por Mário e não poderá reaver do filho o que houver pago.</p> <p>(B) será responsável, ainda que não haja culpa de sua parte, devendo ressarcir o dano causado por Mário, podendo, no entanto, reaver do filho o que houver pago.</p> <p>(C) será responsável, ainda que não haja culpa de sua parte, devendo ressarcir o dano causado por Mário e não poderá reaver do filho o que houver pago.</p> <p>(D) será responsável, desde que haja culpa de sua parte, devendo ressarcir o dano causado por Mário, podendo, no entanto, reaver do filho o que houver pago.</p> <p>(E) não será responsável, uma vez que Mário, em razão da sua idade, não é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil.</p>
<p>44. Considere as afirmativas abaixo a respeito dos defeitos do negócio jurídico.</p> <p>I. O dolo do representante legal de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve.</p> <p>II. Se ocorrer dolo do representante convencional de uma das partes, o representado responderá solidariamente com ele por perdas e danos.</p> <p>III. Ocorrerá a lesão quando uma pessoa, por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.</p> <p>IV. Ao apreciar a coação, não se levará em conta o sexo, a idade e o temperamento do paciente.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>47. A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu. Todavia</p> <p>(A) sendo desconhecido o domicílio do réu, ele será demandado no domicílio de seus ascendentes ou, na falta deles, do parente consanguíneo de grau mais próximo.</p> <p>(B) havendo dois ou mais réus, com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor.</p> <p>(C) tendo o réu mais de um domicílio, será demandado no foro do domicílio do autor, por expressa disposição legal.</p> <p>(D) quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no domicílio de seus ascendentes ou, na falta deles, do parente consanguíneo de grau mais próximo.</p> <p>(E) quando o réu e o autor não tiverem domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio da embaixada do País em que reside o réu.</p>
<p>45. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição. A prescrição</p> <p>(A) não poderá ser renunciada de forma tácita, uma vez que, por disposição legal, a renúncia deverá ocorrer de forma expressa e inequívoca.</p> <p>(B) da pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular ocorre em cinco anos.</p> <p>(C) correrá normalmente contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.</p> <p>(D) será interrompida quantas vezes forem necessárias para assegurar o não perecimento de um direito.</p> <p>(E) da pretensão dos auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de custas e honorários ocorre em três anos.</p>	<p>48. Paulo, juiz de direito, funcionou como órgão do Ministério Público no processo M; é inimigo capital do réu do processo N e é parente afim de 2º grau do autor do processo P. Nestes casos, Paulo está impedido, sendo defeso exercer as suas funções em</p> <p>(A) P, apenas.</p> <p>(B) M, apenas.</p> <p>(C) M e N.</p> <p>(D) N e P.</p> <p>(E) M e P.</p>

<p>49. Considere as hipóteses abaixo.</p> <p>I. Perda da capacidade processual do réu.</p> <p>II. Oposição de exceção de incompetência do juízo.</p> <p>III. Processo parado durante mais de 1 ano por negligência das partes.</p> <p>IV. Acolhimento de alegação de litispendência.</p> <p>O processo será suspenso nas hipóteses indicadas APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>52. “A” pratica crime de furto de uma bicicleta e vende-a para “B”. Ambos são processados nos mesmos autos. No curso do processo verifica-se a prescrição da ação penal em relação a “A”, que é menor de 21 anos, extinguindo-se a punibilidade do furto. Essa extinção de punibilidade alcança, também, o crime de receptação, favorecendo “B”?</p> <p>(A) Sim, por se tratar de crimes conexos, praticados em co-autoria.</p> <p>(B) Não, porque o crime de furto é personalíssimo.</p> <p>(C) Sim, porque desaparecendo o furto, pela prescrição, também desaparece a receptação, porque aquele é pressuposto desta.</p> <p>(D) Sim, por se tratar de crime continuado.</p> <p>(E) Não, porque a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto de outro não se estende a este.</p>
<p>50. É lícito a qualquer das partes argüir, por meio de exceção, a incompetência, o impedimento ou a suspeição. Com relação às exceções é certo que</p> <p>(A) recebida a exceção, o processo não ficará suspenso, prosseguindo normalmente, até que seja definitivamente julgada.</p> <p>(B) as exceções de incompetência, impedimento ou suspeição podem ser exercidas até a prolação da sentença de primeiro grau, momento em que se opera a sua preclusão.</p> <p>(C) cabe à parte oferecer exceção, no prazo de dez dias, contado do fato que ocasionou a incompetência, o impedimento ou a suspeição.</p> <p>(D) na exceção de incompetência, a petição pode ser protocolizada no juízo de domicílio do réu, com requerimento de sua imediata remessa ao juízo que determinou a citação.</p> <p>(E) na exceção de incompetência, o juiz mandará processar a exceção, ouvindo o excepto dentro de cinco dias e decidindo em igual prazo.</p>	<p>53. Verificado o concurso formal de crimes, mas sendo a ação ou omissão dolosa e tendo os crimes concorrentes resultado de desígnios autônomos, a aplicação da pena se fará</p> <p>(A) impondo a pena do crime mais grave, ou, se iguais, apenas a de uma deles, acrescentada de 1/6 até metade.</p> <p>(B) somando as penas de todos os crimes, porém até o limite da pena máxima cominada ao crime mais grave.</p> <p>(C) cumulativamente.</p> <p>(D) somando as penas de todos os crimes, porém até o limite do dobro da pena mínima do crime mais grave.</p> <p>(E) impondo a pena do crime mais grave, acrescida até o limite da somatória de todas as penas.</p>
<p>51. Em tema de aplicação da lei penal, considere as afirmativas abaixo.</p> <p>I. O princípio da legalidade é conhecido pela seguinte expressão latina: <i>nullum crimen, nulla poena sine lege</i>.</p> <p>II. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.</p> <p>III. Praticado um fato que, posteriormente, a lei defina como crime, o seu autor pode ser punido se ainda não tiver ocorrido a prescrição.</p> <p>IV. Se o autor de um fato está respondendo a processo por contravenção penal e, posteriormente, a lei venha a definir esse fato como crime, a denúncia pode ser aditada para que o agente responda de acordo com a nova classificação.</p> <p>V. Mesmo que a lei nova deixe de incriminar certa conduta, antes definida como crime, o réu continua a responder ao processo porque quando praticou o fato a lei assim o considerava.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) II, III e V.</p> <p>(D) IV e V.</p> <p>(E) II, IV e V.</p>	<p>54. Como responsável pela instauração do inquérito policial, a Autoridade Policial deve agir</p> <p>(A) em qualquer hipótese, somente por requisição de Membro do Ministério Público, de quem é subordinada.</p> <p>(B) de ofício, mediante provocação de qualquer pessoa; por requisição de Membro do Ministério Público ou do Poder Judiciário; por requisição do Ministro da Justiça; por requerimento do ofendido ou seu representante legal.</p> <p>(C) em qualquer hipótese, apenas por requisição de Órgão do Poder Judiciário ou do Ministro da Justiça.</p> <p>(D) nos crimes de ação pública, somente por provocação do ofendido.</p> <p>(E) nos crimes de ação privada, por provocação de qualquer pessoa.</p>

<p>55. Para o regular exercício do direito de ação, exige-se o preenchimento de algumas condições, que são chamadas “condições da ação”. No processo penal, são elas:</p> <p>(A) capacidade processual; perempção e litispendência.</p> <p>(B) maioridade; responsabilidade e litispendência.</p> <p>(C) possibilidade legal do pedido; requisição do Ministro da Justiça e autoridade jurisdicional competente.</p> <p>(D) possibilidade jurídica do pedido; legitimação para agir e interesse de agir.</p> <p>(E) representação do ofendido; coisa julgada e interesse de agir.</p>	<p>59. Quanto ao preparo e julgamento dos feitos no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, considere as afirmativas abaixo.</p> <p>I. Não haverá sustentação oral nos julgamentos de agravo, embargos declaratórios e arguição de suspeição.</p> <p>II. O julgamento das ações de impugnação de mandato eletivo, das ações penais originárias e os recursos criminais, far-se-á sem a participação do Revisor, podendo, entretanto, deles, pedir vista qualquer Juiz.</p>
<p>56. Sobre o juízo de prelibação, é correto dizer que ele ocorre no despacho de</p> <p>(A) reforma da decisão recorrida no recurso em sentido estrito.</p> <p>(B) vista ao Ministério Público.</p> <p>(C) recebimento da denúncia.</p> <p>(D) revogação da medida de segurança.</p> <p>(E) inclusão ou exclusão de jurado da lista geral.</p>	<p>III. As Decisões serão assinadas pelo Revisor, salvo quando vencido, hipótese em que serão subscritas pelo Juiz Revisor designado.</p> <p>IV. Quando se tratar de julgamento de recurso contra a expedição de diploma, cada parte terá vinte minutos para a sustentação oral, usando, em seguida, da palavra, o Procurador Regional Eleitoral, pelo mesmo prazo.</p>
<p>57. Considere as hipóteses abaixo:</p> <p>I. Junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos que proporcionaram a aposentadoria por invalidez do analista judiciário Alberto, que em consequência, retornou a atividade .</p> <p>II. Mévio, submetido a prévia inspeção médica oficial, tomou posse no cargo de analista judiciário, porém não entrou em exercício no prazo legal estabelecido.</p> <p>Nesses casos ocorrem, respectivamente, a</p> <p>(A) reversão e a exoneração de ofício.</p> <p>(B) readmissão e a demissão voluntária.</p> <p>(C) readaptação a remoção para outro órgão.</p> <p>(D) reintegração e a colocação em disponibilidade.</p> <p>(E) recondução e a readaptação para outra função.</p>	<p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>58. No que diz respeito ao processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é INCORRETO afirmar que os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos,</p> <p>(A) quando imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções, assim como neguem, limitem ou afetem direitos e interesses.</p> <p>(B) quando deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de laudos e relatórios oficiais, entre outros.</p> <p>(C) nas situações que importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.</p> <p>(D) nos casos que dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório ou decorram de reexame de ofício.</p> <p>(E) porém, não poderá consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas.</p>	<p>60. Não poderão servir como Juízes, no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, no período da</p> <p>(A) inscrição eleitoral até a apuração final da eleição, o cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, de candidato a cargo eletivo junto ao executivo estadual.</p> <p>(B) inscrição eleitoral até a data da eleição, o cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo estadual.</p> <p>(C) homologação da inscrição até a data da diplomação dos eleitos, o cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, de candidato a cargo eletivo estadual registrado na Circunscrição.</p> <p>(D) homologação da respectiva convenção partidária até a apuração final da eleição, o cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na Circunscrição.</p> <p>(E) homologação da inscrição eleitoral até proclamação, o cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo estadual, junto ao executivo estadual ou municipal e ao legislativo estadual e federal.</p>

